



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu

Av. Pedro Basso, 920 - Bairro: Polo Centro - CEP: 85863-756 - Fone: (45)3576-1182 - www.jfpr.jus.br -
Email: prfoz02@jfpr.jus.br

PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL Nº 5011326-25.2021.4.04.7003/PR

AUTOR: MARIA DO CARMO PITELLI DE AVILA

RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

RÉU: BANCO DAYCOVAL S.A.

SENTENÇA

Relatório

A controvérsia diz respeito à contratação ou não de empréstimo consignado entre a autora (beneficiária do INSS) e o BANCO DAYCOVAL S.A.

A autora afirma que recebe benefício de pensão por morte junto ao INSS sob nº 079.306.806-1.

Alega que percebeu a ocorrência de descontos indevidos em seu benefício, iniciados em março de 2021, os quais se referem ao empréstimo consignado nº 50-8672937/21 do Banco Daycoval, no valor de R\$ 1.476,56 (mil quatrocentos e setenta e seis reais e cinquenta e seis centavos), com data de inclusão em 19/03/2021, a ser pago em 84 parcelas de R\$ 35,56 (trinta e cinco reais e cinquenta e seis centavos) cada.

Entretanto, a autora alega que jamais realizou o referido empréstimo e que tal prática é abusiva.

Alega que possui outros empréstimos consignados, contraídos com outras financeiras, a saber, os contratos nº 344170154-1 (Panamericano); 344170248-1 (Panamericano) e 000012303551 (Banco Safra), mas que não solicitou o empréstimo junto ao Banco Daycoval, tampouco autorizou a consignação das parcelas mensais do referido empréstimo em seu benefício previdenciário.

No evento 4 foi proferida decisão, deferindo a tutela de urgência para *"determinar ao INSS que suspenda, imediatamente, os débitos consignados no benefício de pensão por morte n. 079.306.806-1, referentes ao contrato 50-8672937/21 do Banco Daycoval"*.

5011326-25.2021.4.04.7003

700011769558.V19



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu

No evento 25, o Banco Daycoval informou o cumprimento da decisão antecipatória.

O INSS apresentou Contestação no evento 31.

O Banco Daycoval contestou no evento 32, oportunidade em que juntou ao processo cópia do contrato (evento 32, CONTR8).

Colhido o depoimento da autora no evento 34, VIDEO2

No evento 46 o Ministério Público Federal manifestou-se pelo deferimento dos pedidos constantes na inicial.

Veio concluso para sentença.

Passo a decidir:

Fundamentação

- Ilegitimidade passiva do INSS

Aduz o INSS sua ilegitimidade passiva, sustentando que a autarquia não tem aptidão para cancelar ou opinar acerca da regularidade dos contratos de empréstimos firmados entre os segurados e os agentes financeiros

Requeru extinção do processo, sem julgamento do mérito.

Sem maiores delongas, muito embora o INSS alegue que não fez parte do negócio jurídico aventado, encontra-se diretamente envolvido, pois cabe a ele operacionalizar o desconto no benefício previdenciário, sendo, portanto, parte legítima para figurar no polo passivo.

Neste sentido:

ADMINISTRATIVO. DESCONTO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. LEGITIMIDADE PASSIVA INSS. RESTITUIÇÃO. DANOS MORAIS. O INSS é parte legítima em demanda relativa à ilegalidade de descontos no benefício de segurado, nos termos do artigo 6º, § 1º, da Lei nº 10.820/2003. (TRF4, AC 5006406-94.2015.4.04.7204, QUARTA TURMA, Relator CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR, juntado aos autos em 16/10/2017).

ADMINISTRATIVO. DESCONTO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. LEGITIMIDADE PASSIVA INSS. RESTITUIÇÃO. DANOS MORAIS. OCORRÊNCIA. 1. O INSS é parte legítima em demanda relativa



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu

à ilegalidade de descontos no benefício de segurado, nos termos do artigo 6º, § 1º, da Lei nº 10.820/2003. 2. Os pressupostos da reparação civil são o ato ilícito, o dano e o nexo de causalidade. No caso concreto, estão demonstrados os requisitos para a configuração do dever de indenizar, a saber: a) o fato (descontos indevidos no benefício previdenciário); b) a omissão estatal revelada na falha de serviço; c) o dano (descontos indevido); d) o nexo de causalidade; e) a inexistência de culpa exclusiva da vítima, caso fortuito e força maior. 3. Há dano indenizável a partir da falha na prestação do serviço bancário e previdenciário quando é descontado valor indevido na conta do cliente/beneficiário, gerando estresse desnecessário à parte autora. 4. Demonstrado o nexo causal entre o fato lesivo imputável aos réus, exsurge o dever de indenizar, mediante compensação pecuniária compatível com a dor moral. (TRF4, AC 5016319-97.2010.4.04.7100, TERCEIRA TURMA, Relator GUILHERME BELTRAMI, juntado aos autos em 29/01/2016).

Rejeito, portanto, a preliminar aventada.

- Ausência de Interesse de Agir

O Banco Daycoval sustenta a falta de interesse de agir da parte autora, ao argumento de que inexistente pretensão resistida, tendo em vista que a autora não entrou em contato com a instituição financeira por meio de seus canais de atendimento.

Contudo, é pacífica a jurisprudência do TRF da 4ª Região no sentido de que a oposição ao pedido deduzido judicialmente, manifestada na contestação, supre a necessidade de prévio requerimento administrativo.

Assim, afasto a preliminar.

- Aplicação do CDC e Inversão do ônus da Prova

Pacífico é o entendimento de que na relação entre a instituição financeira e o cliente aplicam-se as disposições do Código de Defesa do Consumidor, uma vez que se encontra estabelecida relação de consumo, conforme súmula 297 do Superior Tribunal de Justiça:

O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras e possibilita, em seu artigo 6º, VIII, a inversão do ônus da prova, visando facilitar a defesa do consumidor, por vezes hipossuficiente frente ao fornecedor:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

(...)



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu

*VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a **inversão do ônus da prova**, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;*

(...)

No caso concreto, é possível a inversão do ônus da prova, tendo em vista não ser possível exigir da autora comprovar que não requereu empréstimo junto ao Banco Daycoval nem autorizou a inclusão dos descontos em seu benefício previdenciário.

Mérito

A controvérsia diz respeito à contratação ou não de empréstimo consignado entre a autora (beneficiária do INSS) e o Banco Daycoval, sob número de contrato 50-8672937-21, com pagamento previsto de 84 parcelas, no valor de R\$ 35,56 cada - (evento 1, OUT6)

Contratos de Empréstimos		Comp. 1ª Parcela	Comp. Última Parcela	Data inclusão	QTD Parcelas	Valor Parcela	Valor Empréstado
Empréstimo	CBC / Banco						
50-8672937/21	707 - Daycoval	04/2021	03/2028	19/03/2021	84	R\$ 35,56	R\$ 1.476,56
Situação: Ativo							

Entretanto, a autora sustenta que nunca contratou referido empréstimo. Tal alegação foi reiterada pela autora em seu depoimento pessoal (evento 34, VIDEO2).

A autora, em audiência, reafirmou possuir (ou já ter possuído) empréstimos consignados com o Banco safra e com o Banco Pan, os quais foram contratados por meio da empresa Credi Fácil, localizada no município de Maringá, mas nunca efetuou empréstimo consignado com o Banco Daycoval ou com algum correspondente da referida instituição. Que sequer sabia da existência do Banco Daycoval.

Apresentada cópia do contrato, em audiência, a autora informou que seu endereço é "Rua 07 de abril, nº 981" e não nº 15 como consta no contrato. Afirmou não reconhecer como sua a assinatura no contrato. Afirmou, ainda, que não conhece a empresa Bev Cred nem o agente Aron Fernandes Ventura Porto.

Ao ser perguntada pela advogada do Banco Daycoval, disse que o valor do suposto empréstimo foi creditado em sua conta poupança, a qual mantém junto à CEF e não é a mesma conta na qual recebe seu benefício previdenciário.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu

Também disse que possuía intenção de devolver o valor mas, por desconhecer o Banco Daycoval, não sabia como proceder e por isso buscou ajuda de advogado e ingressou com a presente ação.

O caso em comento parece enquadrar-se no que hoje se denomina GOLPE DO EMPRESTIMO CONSIGNADO, amplamente divulgado pela imprensa.

<https://noticias.r7.com/jr-na-tv/videos/aposentados-sao-vitimas-do-golpe-do-emprestimo-consignado-e-contabilizam-prejuizos-16112020>

<https://globoplay.globo.com/v/8975643/>

<https://globoplay.globo.com/v/9080670/>

<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/12/05/reclamacoes-relacionadas-a-emprestimos-consignados-mais-do-que-dobram-em-10-meses-do-ano.ghtml>

Como se vê das matérias acima e de outros processos judiciais que tramitam nesta vara federal, cresce o numero de empréstimos consignados fraudulentos realizados por bancos e financeiras em desfavor de aposentados.

A prática mais comum tem sido por meio dos denominados "Correspondentes" - que prestam serviços para Bancos e Financeiras. Em muitos casos examinados verifica-se que tais "correspondentes" enviam às suas respectivas instituições contratos INEXISTENTES.

Humberto Teodoro Junior, citando Caio Mario e José de Abreu Filho, esclarece:

"(...)

Mais uma vez, a lição de CAIO MÁRIO é precisa e irreprochável:

“Ato jurídico inexistente é aquele a que falta um pressuposto material de sua constituição. Não é o mesmo que nulidade, porque no ato nulo estão presentes os pressupostos de fato, em virtude dos quais o ato negocial chega a formar-se, porém frustra nos resultados, dada a contravenção a alguma disposição de ordem pública”. Em seguida, exemplifica: “a incapacidade absoluta do agente induz a nulidade do ato, porque há uma declaração de vontade, embora defeituosa... Ao contrário da nulidade, em que a declaração de vontade conduz à ineficácia por desconformidade com as predeterminações legais, a inexistência advém da ausência de declaração de vontade. Quando o objeto é ilícito ou impossível, o ato é nulo; mas se inexistente o objeto, será inexistente o ato”.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu

Em síntese – explica JOSÉ DE ABREU FILHO – o negócio inexistente “seria aquele que carecesse de elementos indispensáveis para sua própria configuração como uma figura negocial. Tais elementos são indiscutivelmente, dois: a vontade e o objeto. Não se pode conceber a existência de um negócio, como temos reiteradamente afirmado, se falta o elemento volitivo. Sem a manifestação da vontade o negócio não pode formar-se evidentemente”. Também sem o objeto jurídico (vontade voltada para criação, modificação ou extinção de relação jurídica) não se chega ao aperfeiçoamento do negócio jurídico. O caso é, enfim, de inexistência, e não de invalidade quando “nem sequer aparentemente se verifica o corpus de certo negócio jurídico”; ou quando, embora exista tal aparência, a realidade não corresponde ao corpus do negócio perquirido.

(<http://genjuridico.com.br/2019/12/23/negocio-juridico-inexistencia-invalidade/>)

(...)”

Ou seja, a validade de um negócio jurídico, nas lições de Caio Mario “é uma decorrência da emissão volitiva e de sua submissão às determinações legais”.

Em casos como o presente, como não houve assinatura do contrato pela beneficiária, o contrato é inexistente.

O dinheiro, pelo que se depreende de casos como o presente, é depositado na conta do aposentado/pensionista sem sua solicitação, e com taxas elevadas de juros.

Prepostos de financeiras ou de bancos utilizam-se de cópias de documentos de aposentados para simular empréstimos que passam a ser descontados do benefício previdenciário.

Tal modalidade de delito vem atingindo níveis preocupantes no Brasil. Como o desconto das parcelas do empréstimo consignado ocorre diretamente no benefício previdenciário, as chances de inadimplência são nulas e as taxas de juros altíssimas.

Silenciosamente aposentados são vítimas do golpe e só vão perceber que foram lesados quando descobrem o desconto das parcelas em seu benefício previdenciário.

São contratos inexistentes pelo gravíssimo vício de falsa assinatura e uso indevido de documentos pessoais de aposentados.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu

Vale reportar que, recentemente, o Procon de Francisco Beltrão-PR aplicou multa de quase 1 milhão de reais a determinada instituição financeira, em virtude de práticas semelhantes à relatada pela autora na inicial.

<https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2021/09/13/procon-multa-banco-em-quase-r-1-milhao-por-emprestimos-nao-autorizados-em-francisco-beltrao.ghml>

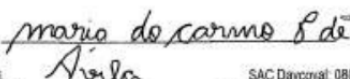
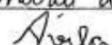
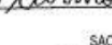


<https://rbj.com.br/procon-de-francisco-beltrao-multa-empresa-financeira-em-quase-1-milhao-de-reais/>

De forma semelhante também agiu o Procon de Canoas-RS, multando a referida instituição financeira por descontos de empréstimos consignados não solicitados:

https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/jornal_cidades/2021/09/809769-procon-de-canoas-aplica-multa-de-r-183-mil-ao-banco-c6.html

<https://www.diariodecanoas.com.br/opiniaio/2021/09/06/procon-canoas-multa-c6-bank-por-pratica-abusiva.html>

No caso concreto, é imprescindível observar que o contrato juntado pelo Banco Daycoval no evento 32, CONTR8, não informa a cidade na qual foi, supostamente, assinado:

Local e data: _____ Emitente: Mário do Carmo P de Azeite     
 Central de Atendimento para Deficiente Auditivo: 0800 7752005 VIA NEGOCIÁVEL Crédito Consignado V2 SAC Daycoval: 0800 7750500 Ouvidoria Daycoval: 0800 7770900

Tal informação também não existe na "Declaração de Residência" anexada ao contrato, constando apenas a informação de que teria sido lavrada no estado do Paraná, sem informar o município:

PARANA, 15 de MARÇO de 2021

Consta como correspondente responsável pelo contrato "BEVICRED INF CAD LTDA - ME (CNPJ 07.452.085/0001-98)", e como agente responsável pela contratação "Aron Fernandes Ventura Porto (CPF 119.961.037-25)"

p) Correspondente no País: BEVICRED INF CAD LTDA - ME	CNPJ: 07.452.085/0001-98
Nome do agente: ARON FERNANDES VENTURA PORTO	CPF: 119.961.037-25



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu

Conforme dados obtidos na página da Receita Federal, a empresa Bevicred possui sede na cidade de Tarabai-SP, o que causa, no mínimo, estranheza.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 07.452.085/0001-98 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 22/06/2005
NOME EMPRESARIAL BEVICRED INFORMACOES CADASTRAIS LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 82.91-1-00 - Atividades de cobranças e informações cadastrais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo 66.19-3-02 - Correspondentes de instituições financeiras 66.19-3-99 - Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R SETE DE SETEMBRO	NÚMERO 2051	COMPLEMENTO *****
CEP 19.210-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO TARABAI
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTRATOS@BEVICRED.COM.BR		TELEFONE (18) 3916-9100
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 22/06/2005

Tais fatos reforçam as conclusões precedentes, no sentido de que os empréstimos em referência foram contratados mediante fraude.

No caso concreto, embora as assinaturas não tenham sido submetidas a perícia grafotécnica, observa-se que a assinatura fraudulenta, constante do referido contrato, destoa plenamente da assinatura da autora, constante em seu RG (evento 1, CPF4) e na procuração juntada no evento 1, PROC2.

* Assinatura do contrato (evento 32, CONTR8)

Emitente: Mário do Carmo S de
 EGOCIÁVEL Avela SAC Dayconal: 0800
 0800



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu

* Assinatura na Declaração de Residência (evento 32, CONTR8)

Maria do Carmo P. de Ávila
DECLARANTE

* Assinatura do RG da autora (evento 1, CPF4)

Maria do Carmo P. de Ávila
ASSINATURA DO TITULAR

* Assinatura da procuração (evento 1, PROC2)

Maringá-PR, 11 de dezembro 2020.

Mario b. Pitelli de Ávila
Outorgante

Embora a assinatura do contrato tenha procurado imitar os traços da assinatura constante do RG da autora, a discrepância é notória.

Cabe também registrar que muito embora este Juízo tenha determinado expressamente que os réus trouxessem à audiência o correspondente responsável pelo contrato, a fim de prestar depoimento (evento 4, DESPADEC1), tal determinação não foi atendida.

Por fim, instatranscrever as observações lançadas pelo Ministério Público Federal, ao emitir seu parecer (evento 46, PARECER1):

"(...) Cópia do contrato assinado pela parte autora foi apresentado ao evento 32, no qual contam todos os dados da autora, bem como cópia de sua documentação pessoal, contudo, o número de sua residência está equivocado e o correspondente responsável por sua elaboração é desconhecido pela autora. Ressaltou-se, ademais, que a assinatura que nele conta não é igual a sua.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu

Em relação a higidez dos dados pessoais, destaca-se que como informado em audiência, anteriormente ela havia contratado dois outros empréstimos consignados por intermédio de um correspondente, de forma que seus dados podem ter sido utilizados para a celebração desse novo empréstimo sem seu consentimento.

Outrossim, o CNPJ: 07.452.085/0001-98, indicado como corresponde bancário, possui endereço em Tarabai/SP. Contudo, o espaço destinado ao preenchimento do local e data da celebração do contrato está em branco, o que dificulta a averiguação das informações que nele se apresentam.

Por fim, era incumbência do Banco entrar em contato com o responsável pela elaboração do contrato para que comparecesse a audiência, o que não foi realizado.(...)"

Como dito, a autora não foi favorecida em nada. Na conta dela foram depositados valores, mas com taxa de juros elevada e sem qualquer risco para o Banco Daycoval, já que os descontos são feitos no benefício previdenciário.

Assim, CONSIDERO INEXISTENTE o contrato nº 50-8672937-21, no valor de R\$ 1.476,56.

Danos materiais

Todos valores indevidamente descontados do benefício da autora, referentes ao empréstimo consignado em discussão, deverão ser devolvidos em dobro pelo Banco Daycoval, de acordo com o § único do artigo 42 do CDC.

Referidos montantes deverão ser corrigidos pelo IPCA-E desde a data de cada desconto, bem como sofrer incidência de juros de mora de 0,5% ao mês, a contar da citação.

Danos morais

O Banco Daycoval E o INSS deverão ser condenados a indenizar a autora pelos danos morais.

A responsabilidade civil encontra-se atualmente regida pelo art. 927, do Código Civil de 2002, nos seguintes termos:

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

Especificamente no que diz respeito às pessoas jurídicas de direito público e às pessoas jurídicas de direito privado, prestadoras de serviços públicos, a responsabilidade civil encontra fundamento no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, o qual assim preceitua:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da união, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...) omissis.

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Denota-se, dos citados dispositivos, que restou acolhida pelo ordenamento jurídico pátrio a responsabilidade objetiva do Estado, a qual, por definição, prescinde da demonstração de culpa ou dolo, bastando "*existir relação de causa e efeito entre ação ou omissão administrativa e dano sofrido pela vítima*" (Medauar, Odete. Direito Administrativo Moderno, 12ª edição revista e atualizada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008).

Nesse sentido se encontra pacificada na jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, consoante se observa do seguinte precedente, a saber:

ADMINISTRATIVO. CIVIL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DESCONTOS INDEVIDOS. FALHA NO SERVIÇO E PREVIDENCIÁRIO. RESPONSABILIDADE DO INSS. DANO MATERIAL - EXISTÊNCIA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL - MAJORAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - PERTENCEM AO ADVOGADO RECURSO REPETITIVO. 1. No caso em exame, aplica-se a teoria da responsabilidade objetiva, que tem como pressupostos o ato estatal, a relação de causalidade e o dano. 2. Há dano indenizável a partir da falha na prestação do serviço previdenciário quando é descontado valor indevido na aposentadoria do beneficiário, gerando estresse desnecessário à parte autora. 3. Demonstrado o nexo causal entre o fato lesivo imputável ao réu, exsurge o dever de indenizar, mediante compensação pecuniária compatível com a dor moral. [...]. (TRF4, APELREEX 5001807-70.2014.404.7003, Terceira Turma, Relator p/ Acórdão Fernando Quadros da Silva, juntado aos autos em 03/06/2015)



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu

Conforme previsão estabelecida pela Lei nº 10.820/03, o INSS assume a responsabilidade pela existência da contratação, na medida em que não observou a necessidade de comprovação documental da ocorrência do empréstimo, não se desincumbindo de sua responsabilidade na análise do empréstimo consignado, a saber:

Art.6º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social poderão autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a proceder os descontos referidos no art. 1º e autorizar, de forma irrevogável e irretratável, que a instituição financeira na qual recebam seus benefícios retenha, para fins de amortização, valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil por ela concedidos, quando previstos em contrato, nas condições estabelecidas em regulamento, observadas as normas editadas pelo INSS. (Redação dada pela Medida Provisória nº 681, de 2015)

§ 1º Para os fins do caput, fica o INSS autorizado a dispor, em ato próprio, sobre:

(...)

III - as rotinas a serem observadas para a prestação aos titulares de benefícios em manutenção e às instituições consignatárias das informações necessárias à consecução do disposto nesta Lei;

Seguindo essa norma, o INSS regulamentou as rotinas da seguinte forma, de acordo com a Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, de 16 de maio de 2008 - DOU de 19/05/2008, em seu art. 3º, *in litteris*:

Art. 3º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão por morte, pagos pela Previdência Social, poderão autorizar o desconto no respectivo benefício dos valores referentes ao pagamento de empréstimo pessoal e cartão de crédito concedidos por instituições financeiras, desde que: (Alterado pela IN INSS/PRESS nº 39, de 18/06/2009).

I - o empréstimo seja realizado com instituição financeira que tenha celebrado convênio com o INSS/Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, para esse fim; (Alterado pela IN INSS/PRESS nº 39, de 18/06/2009).

II - mediante contrato firmado e assinado com apresentação do documento de identidade e/ou Carteira Nacional de Habilitação - CNH, e Cadastro de Pessoa Física - CPF, junto com a autorização de consignação assinada, prevista no convênio; e (Alterado pela IN INSS/PRESS nº 39, de 18/06/2009). grifei

Conforme informado pela autora na audiência, não firmou o empréstimo em questão com o Banco Daycoval; todavia, os descontos foram consignados pelo INSS em seu benefício previdenciário.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu

Desse modo, como o INSS não demonstrou ter tomado cautelas referentes à verificação dos dados da titular do benefício previdenciário, responde solidariamente com o Banco Daycoval.

O uso de dados da autora e o fato de autora ter precisado ingressar com processo judicial afastam qualquer tese de mero aborrecimento.

O dano moral é indubitável.

Os danos morais, na abalizada doutrina de Clayton Reis, "*representam ofensas que ferem a dignidade da pessoa, seus valores repercutem na intimidade, aviltando-lhe os sentimentos e produzindo profundos reflexos psicológicos. O que resulta na constituição da defesa do direito da personalidade a mais significativa forma de tutela do patrimônio moral de que todos os seres humanos são detentores.*" (Dano Moral, 6ª edição atualizada e ampliada, São Paulo: Thomsom Reuters - Revisão dos Tribunais, 2019, p. 33).

Por conseguinte, **devem o INSS e o BANCO Daycoval indenizar a requerente pelos danos morais sofridos.**

Valor dos Danos morais

Conforme ensinamentos de Clayton Reis, "*no plano dos danos morais, será certamente impossível dimensionar a extensão do prejuízo. Trata-se de uma investigação de caráter essencialmente valorativo por parte do julgador, em que predomina a sua sensibilidade na aferição do caso concreto. Nesse procedimento, é dever do magistrado proceder à ampla análise da situação fática e concreta do dano para, sopesando os fatores que foram a causa eficiente da ofensa aos direitos de outrem, fixar o valor da indenização compatível com a realidade dos fatos presentes nos autos do processo.*" (Dano Moral, 6ª edição atualizada e ampliada, São Paulo: Thomsom Reuters - Revisão dos Tribunais, 2019, p. 108).

Quanto à valoração do dano moral, sabe-se que o ressarcimento, por um lado, deve compensar a vítima em razão da lesão sofrida, mas, por outro, não deve lhe proporcionar enriquecimento indevido. Nesse sentir, se é certo que a jurisprudência não deve tolerar a indústria das indenizações por danos morais, também o é que não deve tolerar a indústria do mero aborrecimento.

Ainda segundo magistério de Clayton Reis, (Dano Moral, 6ª edição atualizada e ampliada, São Paulo: Thomsom Reuters - Revisão dos Tribunais, 2019):



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu

"A responsabilidade civil não pode servir apenas para reparar danos, há de punir determinadas condutas, de forma que possui três funções bem distintas: reparatoria, preventiva e punitiva. A primeira volta-se para a vítima e o dano por ela sofrido. A função preventiva, por outro lado, visa a prevenção de danos que podem ocorrer no futuro. Por fim, o objetivo do viés punitivo do instituto não é reparar o dano, mas sim punir o ofensor. Devemos compreender que o conceito de sanção aqui empregado é de "técnica de controle social", uma medida estabelecida pelo sistema para reforçar a observância das normas. O objetivo primordial dessa sanção é fazer com que o sistema jurídico seja preventivo não apenas a danos, mas também com relação a condutas, ou seja, que a função punitiva da responsabilidade civil seja capaz de inibir esses comportamentos negativos de maneira eficaz. p. 164

(...)

Ao proceder a uma sistematização dos critérios mais utilizados na fixação dos danos morais pela jurisprudência brasileira, diante das circunstâncias do evento danoso, destacam-se quatro pontos principais: 1º) a gravidade do fato em si e suas consequências para a vítima (dimensão do dano). 2º) a eventual participação culposa do ofendido (culpa concorrente da vítima); 3º) a intensidade do dolo ou o grau de culpa do agente (culpabilidade do agente); 4º) a condição econômica do ofensor e as condições pessoais da vítima (posição política, social e econômica). p. 201

(...)"

No caso concreto o **contrato inexistente** tem requintes. Documentos de aposentados e assinaturas falsas são usadas. Não se trata de mero empréstimo.

No caso, não houve qualquer participação culposa da vítima.

A intensidade do dolo é elevada, pelo ardil empregado para realização da fraude. O modo ardil, astuto, malicioso elevam o grau do dolo.

A condição econômica do ofensor e as condições da vítima também demonstram que a sanção não pode ficar em patamares mínimos, pois são valores descontados por Bancos e Instituições financeiras em benefícios previdenciários. Ou seja, os descontos afetam a natureza alimentar dos benefícios previdenciários e afetam pessoas idosas e vulneráveis economicamente.

Sopesando todos estes aspectos, e ressaltando a relevância do caráter preventivo e punitivo na conduta do ofensor, fixo a indenização dos danos morais nos seguintes valores.

R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para o BANCO DAYCOVAL



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu

R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para o INSS.

Em se tratando de danos morais, deverá incidir correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), desde o arbitramento do valor da indenização (**Súmula n.º 362 do STJ, ou seja, a partir da presente sentença**) e juros de mora pelo índice de remuneração da caderneta de poupança, sem capitalização, desde o evento danoso (**(data de assinatura do empréstimo fraudulento)**) - STJ Súmula 54.

Registro que o valor de R\$ 1.476,56 referente ao crédito disponibilizados pelo Banco Daycoval à autora em 22/03/2021, deverá ser deduzido do montante devido à autora pelo Banco Daycoval a título de danos materiais e morais, por força da presente decisão.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, rejeito as preliminares arguidas, confirmo a tutela de urgência concedida e **JULGO PROCEDENTE** o pedido (art. 487, I, do CPC), para, **RECONHECENDO A INEXISTÊNCIA DO CONTRATO nº 50-8672937-21, no valor de R\$ 1.476,56.**

a) Condenar o BANCO DAYCOVAL a cancelar, de forma definitiva, qualquer desconto de prestações relativas ao Contrato nº 50-8672937-21, do benefício de titularidade da autora (NB 079.306.806-1).

b) Condenar o BANCO DAYCOVAL a restituir, em dobro, todos os valores referentes às parcelas do contrato nº 50-8672937-21, indevidamente descontados do benefício da autora, acrescidos de juros e correção monetária, nos termos da fundamentação.

c) Condenar o BANCO DAYCOVAL a pagar à autora indenização por danos morais no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), acrescido de juros e correção monetária, nos termos da fundamentação.

d) Condenar o INSS a pagar à autora indenização por danos morais no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), acrescido de juros e correção monetária, nos termos da fundamentação.

Nos termos da fundamentação supra, dos valores devidos pelo Banco Daycoval à autora deverá ser abatido o montante de R\$ 1.476,56, devidamente corrigido.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu

Sem custas e honorários (arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95, c/c art. 1º da Lei 10.259/01).

Sentença publicada e registrada eletronicamente. Intimem-se.

Independentemente do trânsito em julgado, remeta-se cópia desta sentença às instituições abaixo para, no âmbito de suas atribuições, adotarem as medidas que entenderem cabíveis:

- a) ao Presidente do Banco Central do Brasil;
- b) ao Presidente do Conselho de Administração do Banco Daycoval.
- c) ao Presidente do INSS.
- d) ao Ministério da Justiça.
- e) ao Procurador Geral da República.
- f) ao Presidente da Febraban.
- g) à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), tendo em vista o disposto nos artigos 55-J, IV e 55-K da Lei 13.709/2018

Havendo recurso, intime(m)-se a(s) parte(s) contrária(s) para apresentação de contrarrazões, no prazo de dez dias. Juntados os eventuais recursos e as respectivas contrarrazões apresentadas no prazo legal, remeta-se o processo à Turma Recursal.

Documento eletrônico assinado por **RONY FERREIRA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700011769558v19** e do código CRC **f5d291fb**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): RONY FERREIRA
Data e Hora: 16/5/2022, às 22:20:26

5011326-25.2021.4.04.7003

700011769558.V19